

## Discursos sobre a surdez: problematizando as normalidades

Márcia Lise Lunardi\*  
Fernanda de Camargo Machado\*\*

Este trabalho debate o papel das significações culturais na instituição de normalidades. Nesse sentido, pretende discutir as práticas de significação que cruzam diferentes formas de narração do normal/anormal no campo da educação de surdos, a partir das representações de uma das pesquisadoras – na época, estagiária. Para tanto, o presente estudo utiliza ferramentas conceituais advindas do campo teórico-metodológico dos Estudos Culturais e dos Estudos Surdos em Educação, tais como: identidade, alteridade, relações de poder/saber, cultura, normalização. A partir da realização deste trabalho, alerta-se para o risco de imposição de uma outra normalidade produzida pelo redimensionamento dos discursos sobre a surdez. Normalidade esta que pode circular nas representações dos educadores, que também atuam como agentes culturais na produção da subjetividade de seus alunos.

Palavras-chave: Representações Culturais. Alteridade Surda. Normalidade.

\* Profa. Dra. do Departamento de Educação Especial da UFSM.

\*\* Educadora Especial, Especializanda em Educação Especial e Mestranda em Educação pela UFSM.

### Demarcando o estudo

Este estudo advém da produção de um relatório-pesquisa, que se constituiu como proposta de estágio de conclusão do curso de graduação em Educação Especial, Habilitação Deficientes da Audiocomunicação, da Universidade Federal de Santa Maria, no ano de 2005. Diante disso, uma das pesquisadoras - na época, estagiária – produziu algumas impressões sobre o contexto escolar com o qual se deparou, o que vem a originar este trabalho.

A acadêmica realizou a prática pedagógica na turma de Educação Infantil de uma escola de surdos, em Santa Maria, RS. Já durante a primeira observação da turma a qual atuaria no segundo semestre daquele ano, deparou-se com alunos diferentes dos que imaginava: com pouco ou nenhum domínio da língua de sinais, que usavam prótese auditiva, que se utilizavam da oralidade fora da escola, que não freqüentavam a comunidade surda, etc. Isto lhe causara certo estranhamento, pois sempre esperava que seus alunos agissem como um surdo “normal”: fluentes em língua de sinais, engajados com a causa surda, etc.

Nesse sentido, sugere a problematização que constitui o cerne desta pesquisa: “Teria eu construído ao longo de minhas relações a representação de um modelo de sujeito surdo, uma espécie de ‘normalidade surda?’” (MACHADO, 2005, p. 10)

Assim, antes de estudar as representações inerentes a outros tipos de fontes ou pessoas, como as pesquisas em geral o fazem, a estagiária se propôs a escavar suas próprias representações, entendendo a pedagogia como “um processo de ‘autoprodução’, pelo qual professores e alunos não apenas aprendem determinadas informações, mas também atribuem sentidos às suas vidas, vozes, experiências e histórias”. (CORAZZA, 1997, p. 121)

Nesse momento, passou a se indagar que modelo de surdo é este que interpela suas representações? Estaria idealizando estes sujeitos? Será que pode vir a impor um padrão identitário surdo, com a mesma lógica ouvintista que tanto critica?

Nesse sentido, dimensiona-se esta pesquisa sob o crivo do que se acredita ser mais pertinente em educação de surdos na atualidade: os Estudos Culturais e os Estudos Surdos em Educação. Conforme Skliar (1998), tal território investigativo propõe uma mudança na representação e na narração dos surdos. Assim, busca romper com a lógica do normal, do correto, do cotidiano. Os Estudos Surdos, portanto, concebem a surdez como uma diferença que deve ser politicamente discutida.

Nesse contexto, o referido campo de investigação propõe o entendimento da surdez a partir de sua experiência visual. Sob esta ótica, o surdo compreende o mundo, comunica-se, estrutura-se cultural e cognitivamente por meio de um outro canal, um canal diferente do usado pelo sujeito ouvinte. Convém destacar que, nessa perspectiva, a diferença não é estabelecida por algo físico, mas

sim pela invenção do sujeito em meio a relações de poder instituídas culturalmente. Relações estas que são permeadas por discursos com caráter de flutuação, produtos e produtores de representações.

Assim, os Estudos Surdos se valem da contribuição dos Estudos Culturais para problematizar as noções de hegemonia, dominação, língua, cultura, identidade, diferença. Conforme estas temáticas, a realidade não é instituída de forma neutra. A realidade é inventada em meio a relações de poder. Tais relações atribuem culturalmente uma carga de significados que produzem efeitos de realidade.

Nesta pesquisa, adentra-se a noção de normalidade por meio de uma exposição acerca da invenção cultural da mesmidade e da outridade. Em seguida, articula-se esta temática com as representações da surdez instituídas a partir das diferentes significações de normalidade produzidas pela cultura ouvinte e pelas representações produzidas pela acadêmica acerca da cultura surda, problematizando-as. Por fim, tenciona-se ratificar o interesse em incitar um debate que sirva de insumo para a constante discussão acerca do papel das representações culturais na instituição do normal/anormal.

#### A instituição cultural da normalidade

Tendo em vista a discussão sobre as representações culturais que produzem a realidade, núcleo central desta pesquisa, considera-se importante destacar a questão da identidade e da diferença, que vem a complementar a problematização da normalidade/anormalidade.

Hall (2000) acredita que o sujeito pós-moderno é um ser inacabado, composto por identidades abertas e contraditórias, justificadas na indefinição de suas fronteiras. Ao tratar deste assunto, Silva (2000) escreve que a diferença é que dá origem à identidade, a partir de um processo de diferenciação. Assim, ao dizer o que "sou", estou definindo as milhares de possibilidades de coisas que "não sou". Na perspectiva cultural contemporânea, então, a identidade e a diferença são invenções sociais, interpeladas pela linguagem.

De acordo com Skliar (1999, p. 18), "a alteridade resulta de uma produção histórica e lingüística, da invenção desses Outros que não somos, em aparência, nós mesmos. Porém que utilizamos para podermos ser nós mesmos." Desta forma, a mesmidade e a alteridade não são o que são naturalmente, são produtos da cultura.

Isto ocorre porque as criações lingüísticas são produções discursivas. De acordo com Foucault (1995), todo discurso é uma prática de significação fragmentada e instável, que define, classifica, posiciona, enfim, atribui sentido às coisas e pessoas, o que supõe poder.

A respeito da produção da identidade e da diferença no tecido social, Silva (2000, p. 83) salienta: A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. [...] A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade.

Essa definição de qual seria a identidade normal reside no poder de representar. Para a teoria cultural contemporânea, a representação é tão instável como a linguagem; é o uso da linguagem para produzir narrativas culturais sobre os sujeitos e objetos, passando a classificá-los, constituir-los. Então, para problematizar a noção de normalidade, torna-se impossível não colocar no centro do debate os sistemas de representação, no sentido de questionar as verdades estabelecidas sobre a diferença. Ao adentrar neste tema, passa-se a discutir como os discursos e representações acerca do sujeito surdo se articulam e desarticulam, podendo produzir um modelo de identidade nomeado como normal ou ideal.

#### A produção da subjetividade surda

Em conformidade com o terreno investigativo que norteia este estudo, as identidades são fabricadas em meio a uma trama de forças e interesses, que têm como base a representação. Costa (2002, p. 101) aborda esta temática no comentário a seguir:

As sociedades e culturas em que vivemos são dirigidas por uma poderosa ordem discursiva que rege o que deve ser dito e o que deve ser calado e os próprios sujeitos não estão isentos desses efeitos. Os sujeitos se constituem no interior de tramas históricas. Eles são, simultaneamente, constituídos e constituintes.

Diante disso, tenciona-se discutir as representações que tecem diferentes possibilidades de narrar a surdez e os sujeitos surdos, e conseqüentemente, como estas pessoas deveriam ser. Inicialmente, tentar-se-á delinear os padrões que servem como referência para a tentativa de fixação de uma identidade ouvinte nos sujeitos surdos. Em seguida, produzem-se alguns comentários acerca de uma certa "pureza cultural" surda, a qual possivelmente transitou pelas representações da

estagiária.

De acordo com Rampelotto (2006), pode-se narrar a surdez como um fenômeno físico ou como uma produção cultural. Ao pensar a surdez como um fenômeno físico, vem à tona a noção de déficit sensorial, onde o ideal ouvinte reside na transformação da criança surda em adulto falante. Em outras palavras, reabilitar o doente, transformá-lo em um ser humano normal, tendo como base a representação de que o normal é ouvir.

O discurso em questão é denominado por Skliar (1999) como Ouvintismo, que corresponde à narrativa criada pelos ouvintes autorizados por meio do saber e do fazer, em que o surdo está sempre numa relação de dependência e subordinação. É nesse espaço discursivo que emerge a concepção clínico-terapêutica da surdez.

Entre as técnicas de disciplinamento utilizadas pelas instituições de ensino para conter a imprevisibilidade, a ameaça que esta "patologia" representava, estão o que Lopes (2004) define como ouvintização surda ou práticas pedagógicas normalizantes: treinamento da fala, uso de próteses auditivas, microfones, etc. Embora este discurso tenha perdido um pouco de força, ele ainda é dominante em vários espaços.

Contudo, a partir da década de 1960, outros discursos sobre os surdos estão disputando forças na arena conflitiva da significação social. Ao tratar da invenção cultural da surdez, Lopes (2004, p. 50) faz um comentário muito pertinente:

O processo de normalização foi virado do avesso, ou melhor, teve uma virada epistemológica. Fala-se de surdos e se produzem surdos. O referencial de normalidade é dado sob outras orientações modernas que dizem da diferença cultural e do respeito com essa diferença [...] com o fortalecimento do discurso cultural e lingüístico, aqueles discursos foram se reconfigurando e se modernizando para poder ressurgir de outras formas.

É a partir desta "reconfiguração" do discurso da deficiência em discurso da diferença que se tenciona constituir uma problematização entre o padrão de identidade normal ouvinte e o modelo de identidade ideal surda - o qual se acredita ter interpelado as relações da acadêmica. Assim, o interesse deste trabalho reside na análise do poder produzido nas relações, considerando sua importância para a prática pedagógica, visto que os educadores também atuam como agentes culturais na formação da subjetividade dos alunos.

Representações da alteridade surda: instituindo outra "normalidade"?

Com o início do estágio, a acadêmica em questão deparou-se com crianças que nem sempre correspondiam àquele "padrão" de surdo que imaginava encontrar. Dessa forma, perguntava-se que referência de surdo seria esta que fazia com que estranhasse estes alunos e os narrasse como diferentes. Daí em diante, passou a se indagar sobre a possibilidade de produção de um modelo de identidade surda ideal, inventado por ela a partir das representações sobre estes sujeitos que tráfegaram por sua infância, formação acadêmica e espaços de resistência surda, pelos quais também é interpelada, apesar de ouvinte.

Nesses espaços, busca-se a representação política da identidade surda. Não se discute apenas de que forma se constituem estas pessoas, mas que representações circulam a respeito delas e o poder destas narrativas no panorama cultural. Nesse contexto, cultura é definida por Moreira e Silva (1995, p. 27) como "o terreno em que se enfrentam diferentes e conflitantes concepções de vida social, é aquilo pelo qual se luta e não aquilo que recebemos".

Assim, o entendimento da surdez como construção cultural auxilia na compreensão desta condição como diferença política, fabricada de acordo com a correlação de forças dominante em dados tempos e espaços. Nas palavras de Skliar (199, p. 24):

A alteridade surda pode ser melhor compreendida a partir da ruptura de significados referidos à deficiência auditiva e suas ramificações e rarificações discursivas. Ao compreender aos surdos como sujeitos visuais, nenhuma das narrativas habituais sobre os surdos permanece encerrada na tradição dos ouvidos incompletos e limitados.

Além disso, é considerada como diferença lingüística, visto que sua língua natural, a língua de sinais, é o meio pelo qual se processa a subjetividade surda. Ela é a expressão de uma cultura visual, o elo que dá caráter de comunidade a um grupo de sujeitos.

Conforme o relatório de estágio da acadêmica em questão:

Analisando minhas representações, penso que este "surdo modelo" teria consciência de sua singularidade, sendo militante da causa surda em defesa de sua cultura. Para tanto, estaria engajado na comunidade, comunicando-se fluentemente em língua de sinais. Este, pensei, é o surdo para o qual

Esta concepção provavelmente foi construída não só durante a graduação, mas também em outros momentos de sua vida. Nas raras vezes que presenciou surdos oralizando, não era uma fala inteligível. Isto a incomodava e, desta forma, foi se construindo a noção de que o "normal" aos surdos é se comunicar por meio da língua de sinais, freqüentar a comunidade surda, etc. Esta noção coloca em xeque a própria idéia de normalidade estabelecida pelos padrões ouvintistas, onde a oralidade ocupa lugar central nas relações sócio-culturais.

Entretanto, aos poucos, passou a se questionar se não estava limitando a concepção de subjetividade surda, pois, mesmo enquanto grupo, cada surdo é constituído por identidades plurais, descentradas, móveis, cada indivíduo vive sua condição de surdez de uma dada forma, em um dado momento de sua vida. Ao se considerar o surdo como um sujeito multifacetado – assim como todo ser humano – não se pode engessá-lo, idealizando uma identidade fixa, padrão, normal. Sobre esta questão, Lunardi (1998, p. 163) refere:

A idéia de sujeitos surdo/as que queremos expressar, faz parte de um grupo de indivíduos que, como grupo, apresenta uma série de diversidades e construções que estão se dando ao longo do tempo. Falar em surdo/a é pensar em um indivíduo multifacetado, parcial, plural e nunca homogêneo.

Desta forma, salienta-se a simpatia com a luta surda pelo reconhecimento da diferença surda, com isso, destaca-se que não se está advogando contra este movimento. O que se pretende problematizar são as práticas de significação que, às vezes sem perceber, como neste caso, podem generalizar os sujeitos, considerando-os um grupo coeso.

Para não concluir

Convém retomar os objetivos deste trabalho: refletir acerca da forma com que a surdez é narrada e discutir o poder de representação destas narrativas na produção de normalidade(s). Nesse sentido, traz para o centro do debate a possível invenção de um modelo de identidade surda "normal", construída nas relações de uma acadêmica do curso de Educação Especial, mesmo que sob orientação de uma outra ordem discursiva.

Nessa perspectiva, considera-se que a instituição escola é um espaço que, muito mais que descobrir, produz sujeitos. Apesar do avanço dos tempos, corre-se o risco de priorizar o objetivo iluminista de formar sujeitos com uma identidade fixa, calcada no princípio cartesiano de razão e unidade.

Com o intuito de problematizar as pretensões totalizantes do pensamento moderno, esta pesquisa se situa pelo viés de "desconfiança" dos Estudos Culturais e dos Estudos Surdos. Partindo do pressuposto de que os discursos transitam e constituem sujeitos em meio às malhas do poder, pode-se dizer que a discursividade está sempre presente.

Dessa forma, as construções discursivas não desaparecem, apenas mudam de lugar, o que supõe, conseqüentemente, um deslocamento de poder. Desta forma, trata-se a questão da surdez, pois as novas relações sociais e culturais estabeleceram outras representações e correm o risco de instituir um outro padrão de normalidade quando não discutidas.

A esse respeito, a estagiária diz: "É a partir deste entendimento que tento delinear minha prática pedagógica, contrapondo-me àquela idéia de generalização que eu tinha antes dos questionamentos que este trabalho me desafiou a refletir". (MACHADO, 2005, p. 45)

Assim, vislumbra-se o poder atribuído aos educadores, visto que também atuam como agentes culturais que na constituição dos alunos. Assim, a matriz representacional assume lugar central nas práticas pedagógicas, já que a representação acerca do educando estabelece o que, quando e como ensinar.

Alerta-se, então, para o perigo de naturalização de um universalismo identitário, o qual antes deste trabalho circulava pelas representações da acadêmica, em que a identidade normal surda – o surdo fluente em língua de sinais, engajado politicamente com esta causa – possa ser concebida como a única identidade possível, arriscando exercer uma imposição com a mesma lógica discursiva ouvintista tão criticada, que ao instituir a norma, impõe ao surdo um jeito de ser.

---

## Referências

- CORAZZA, S. M. Planejamento de ensino como estratégia de política cultural. In: MOREIRA, A. F. B. Currículo: questões atuais. Campinas: Papirus, 1997.
- COSTA, M. V. Pesquisa-ação, pesquisa participativa e política cultural da identidade. In: COSTA, M. V. (Org.) Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. 4. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

LOPES, M. C. A natureza educável do surdo: a normalidade surda no espaço da escola de surdos. In: LOPES, M. C.; THOMA, A. S. (Orgs.). A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

LUNARDI, M. L. Cartografando os estudos surdos: currículo e relações de poder. In: SKLIAR, Carlos Bernardo (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MACHADO, F. C. Problematizando as normalidades nos discursos da surdez. Santa Maria: UFSM, 2005. Relatório de Prática de Ensino em Audiocomunicação II.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Orgs.) Currículo, cultura e sociedade. Trad., 2. ed. Maria Aparecida Baptista. São Paulo: Cortez, 1995.

RAMPELOTTO, E. M. Surdez. In: DAMILANO et al. Fundamentos da educação especial II: 2º semestre. 1. ed. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Graduação, Centro de Educação, Curso de Graduação a Distância de Educação Especial, 2006.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: vozes, 2000.

SKLIAR, C. B. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

\_\_\_\_\_. A invenção e a exclusão da alteridade deficiente a partir dos significados da normalidade. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 15-32, jul./dez. 1999.

#### Correspondência

Márcia Lise Lunardi - Rua Benjamin Constant, 1160/410, Santa Maria, RS. 97050-022.  
E-mail: lunardi@smail.ufsm.br

Fernanda de Camargo Machado - Caixa Postal 20, Centro, Santa Maria, RS. 97001-970.  
E-mail: nandadecm@yahoo.com.br

Recebido em 02 de outubro de 2007  
Aprovado em 12 de dezembro de 2007

---

[Edição anterior](#)

[Página inicial](#)

[Próxima edição](#)

[Cadernos :: edição: 2007 - Nº 30](#) > [Editorial](#) > [Índice](#) > [Resumo](#) > **[Artigo](#)**